# Relatório Anual de Prestação de Contas e Investimentos

2025

© Instituto de Previdência do Município de João Pessoa. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) - Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP). **Relatório de Governança Corporativa.** 1ª Edição. João Pessoa, 2024.

## INFORMAÇÕES E CONTATO

Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) | CNPJ: 40.955.403/0001-09
Rua Engenheiro Clodoaldo Gouveia, 166. Centro, João Pessoa – PB. CEP: 58013-370
Telefone e Whatsapp: (83) 3222-1005 | www.ipmjp.pb.gov.br

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

**Superintendente:**
Caroline Ferreira Agra
**Superintendente Adjunto:**
Rodrigo Ismael da Costa Macedo

**Chefe da Divisão de Administração e Finanças:**
Suzana Sitônio de Eça
**Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação:**
Higor Delgado Leite Benício
**Chefe da Divisão de Previdência:**
Yuri Veiga Cavalcanti

**Chefe da Assessoria de Gabinete do Superintendente:**
Victor Assis de Oliveira Targino
**Chefe da Assessoria Jurídica:**
Carlos Eduardo dos Santos Farias
**Chefe da Assessoria de Controle Interno:**
Ernesto Fialho Pessoa
**Chefe da Assessoria de Comunicação Social:**
Francisco Emerson de Lucena Neto
**Chefe da Assessoria de Secretaria Pessoal:**
Jéssyca Patrícia Paiva Marques Brasileiro
**Chefe da Assessoria de Investimentos:**
Ayrton Ciraulo Neto

**Chefe da Ouvidoria:**
Leonardo Neiva de Gouvêa Ribeiro

**Chefe da Seção de Compras, Contratos e Patrimônio:**
Isabella Duarte Gouvêa
**Chefe da Seção de Contabilidade, Orçamento e Finanças:**
Soraia Dias Monteiro
**Chefe da Seção de Administração Geral:**
Nathália Palmeira Silva Coutinho
**Chefe da Seção Folha de Benefícios:**
Karla Janaina Vergara de Sá
**Chefe da Seção de Gestão de Tecnologia da Informação:**
Eneas Lyra de Albuquerque
**Chefe da Seção Desenvolvimento:**
Thiago Henrique Sena de Souza
**Chefe da Seção de Compensação Previdenciária:**

Ana Paula Barreto Aquino
**Chefe da Seção de benefícios:**
Milena Medeiros de Alencar Feitosa Coutinho Torres
**Chefe da Seção de Gestão de Pessoal:**
Camila Pires de Sá Mariz Maia

## CONSELHO PREVIDENCIÁRIO

Biênio (2023 – 2024)

**Superintendente do IPM/JP – como Membro nato, Presidente do Conselho:**
**Titular:** Caroline Ferreira Agra
**Suplente:** Rodrigo Ismael da Costa Macedo

**Servidor Ativo, indicado pelo Prefeito:**
**Titular:** Camila Pires de Sá Mariz Maia
**Suplente:** Rodrigo Hallan de Freitas Teixeira

**Servidor Inativo ou Pensionista, indicado pelo Prefeito:**
**Titular**: José Augusto de Araújo Souza
**Suplente:** Kelma Maria Pereira Dionísio

**Representante da Sociedade Civil:**
**Titular:** Aldrovando Grisi Júnior
**Suplente:** Diego Fernandes Hermínio

**Servidor Ativo, indicado por Associação de Classe:**
**Titular:** Benilton Lúcio Lucena da Silva
**Suplente:** Valdegil Daniel de Assis

**Servidor Inativo ou pensionista, indicado por Associação de Classe:**
**Titular**: José Jansen
**Suplente:** Francisco Viana Garcia

**Servidor Inativo ou Pensionista, indicado por Associação de Classe:**
**Titular:** Luiz Carlos Fernandes de Souza
**Suplente:** Ednaldo José da Silva

**Servidor Ativo indicado pelo Presidente da Câmara:**
**Titular:** Marcone Bandeira Alves
**Suplente:** Rafael Barbosa Damasceno

## CONSELHO FISCAL

Biênio (2023-2024)

**Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito**
**Titular:** Antônio Henrique Gomes dos Santos
**Suplente:** Karina Leal Ernesto de Amorim

**Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito:**
**Titular:** Joseane Farias de Souza
**Suplente:** Daniela Araújo Agostinho Fontes

**Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado pelo Prefeito:**
**Titular:** Milena Medeiros de Alencar Feitosa
**Suplente:** Érico Heyller Medeiros de Alencar

**Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado por Associação de Classe:**
**Titular:** Alex Maia Duarte Filho
**Suplente:** Gustavo Bedê Aguiar

**Servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista indicado por Associação de Classe:**
**Titular:** Fábio Gomes da Silva
**Suplente:** Francisco Varela B. Júnior

# FICHA TÉCNICA

## Elaboração

Ayrton Ciraulo Neto - Chefe da Assessoria de Investimentos

## Revisão

Joseane Farias de Souza - Analista Previdenciário/Arquivista

## 1 INTRODUÇÃO

O Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) é a autarquia responsável por gerir a previdência dos servidores efetivos da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). Foi criado em 1984 e reestruturado em 2005 com a edição da Lei Municipal nº 10.684, que criou um novo plano de benefícios e adotou outras providências no âmbito previdenciário municipal.

Em cumprimento às normas previdenciárias regulamentares, com vistas a regularizar a situação previdenciária do Ente Municipal, foi implementada a segregação das massas aos segurados do RPPS, através da Lei Municipal nº 10.460, de 21 de janeiro de 2013, bem como realizada nova reestruturação organizacional do IPMJP, nos termos da Lei Municipal nº 10.466, de 25 de janeiro de 2013.

Essa segregação de massas criou dois fundos, o Financeiro (FUNFIN), que tem como escopo custear as despesas previdenciárias dos segurados admitidos nos quadros do município até 31 de dezembro de 2009 e os seus dependentes; e o Previdenciário (FUNPREV), que objetiva custear as despesas previdenciárias dos segurados admitidos nos quadros municipais a partir de janeiro de 2010, assim como seus dependentes. Ressalta-se que todo o montante revertido para o FUNPREV é capitalizado constituindo uma reserva financeira para o pagamento de futuros benefícios previdenciários.

Quanto às alíquotas das contribuições previdenciárias, foram publicadas em âmbito municipal a Lei Ordinária nº 13.980, de 03 de julho de 2020 e a Medida Provisória nº 03, de 29 de janeiro de 2021, que estabeleceram modificações na contribuição patronal do município e na contribuição social do servidor público municipal. Atualmente, portanto, tem-se uma alíquota patronal de 28% para o grupo pertencente ao FUNFIN e 16,5% para o grupo pertencente ao FUNPREV. Por sua vez, a contribuição social do servidor público municipal ativo e inativo e os respectivos pensionistas, tanto do FUNFIN quanto do FUNPREV é de 14%.

Quanto ao plano de benefícios previdenciários, estão vigentes as normas previstas na Lei Municipal nº 10.684/2005 e suas alterações. Em atenção à Emenda Constitucional nº 103/2019, o IPMJP em conjunto com Executivo Municipal e o Legislativo deliberaram acerca da Reforma da Previdência Municipal que resultou na Emenda à Lei Orgânica nº 32/2021, cuja vigência teve início em 02 de julho de 2021.

Desde a adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (PRÓ-GESTÃO RPPS), em 2019, o IPMJP tem se empenhado

em garantir a transparência e a prestação de contas da gestão. O Instituto detém o nível III do programa, sendo assim, uma das três capitais do nordeste a receber tal certificação.

Em relação ao Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), disposto no Decreto nº 3.788/01, foi emitido para esta autarquia em 22 de janeiro de 2026 com validade até 21 de julho de 2026, atestando, assim, o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidas na Lei nº 9.717/98, pelos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Fundo Municipal de Previdência (FUNPRE) – Setor de Investimentos do IPMJP - foi instituído em 2012 com a finalidade de gerir os recursos do fundo previdenciário de modo a alcançar o equilíbrio atuarial deste Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e é o responsável pelo assessoramento do Comitê de Investimentos (COI) do Instituto.

O setor conta com a atuação do Gerente de investimentos, bacharel em Direito e Ciências Contábeis, com Certificação Profissional da Secretaria de Previdência - SPREV, nível Básico. Além de servidores qualificados e especializados atuando no setor, o IPMJP conta com o apoio da Assessoria e Consultoria em investimentos de recursos previdenciários da empresa LEMA Economia e Finanças. O Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, é formado por 5 servidores sendo eles, Diretor Financeiro, Diretor de Previdência, Chefe da Assessoria de Investimentos e dois Representantes dos Servidores Ativos e Inativos. O COI IPMJP realiza reuniões ordinárias mensais onde deliberam principalmente acerca da otimização da carteira de investimentos e consequente aquisição de ativos para o portfólio do fundo.

Por fim, em virtude dos fatos mencionados, compreendendo a complexidade das informações relacionadas aos RPPS e da importância da transparência pública e da prestação de contas, esse relatório apresenta as informações detalhadas sobre os resultados consolidados da carteira de investimentos do Fundo Previdenciário relativos ao exercício de 2025.

## 2 RETROSPECTIVA MACROECONÔMICA

O ano de 2025 foi marcado por contrastes e reajustes profundos para a economia global. No cenário internacional, a esperada desaceleração do crescimento se confirmou, com destaque para a economia dos Estados Unidos, que fechou o ano com um avanço modesto de 2,2%. A gestão de Donald Trump trouxe de volta uma forte política de tarifas de importação, o que gerou atritos comerciais globais e ajudou a manter

uma pressão inflacionária persistente nas principais economias. Embora os bancos centrais estrangeiros tenham iniciado movimentos de flexibilização nos juros, os impactos prolongados das taxas restritivas dos anos anteriores e a instabilidade geopolítica mantiveram o crescimento global contido.

No Brasil, a economia real demonstrou uma resiliência notável, caminhando na contramão de algumas expectativas pessimistas. O país foi impulsionado por safras recordes no agronegócio e por um mercado de trabalho superaquecido, que levou a taxa de desemprego aos menores níveis da série histórica.

No entanto, a inflação voltou a ser um entrave, pressionada por fatores climáticos e repasses cambiais no início do ano. Para conter as expectativas e equilibrar o cenário de forte incerteza fiscal, o Banco Central adotou uma postura extremamente restritiva: a taxa Selic foi elevada até o patamar de 15% ao ano, permanecendo estacionada no maior nível em quase duas décadas. Esse aperto monetário encareceu o crédito e trouxe desafios expressivos para o setor produtivo.

Curiosamente, a grande reviravolta de 2025 ocorreu no mercado financeiro. Diferente do pessimismo e da evasão de capital de 2024, a bolsa brasileira viveu um verdadeiro "ano de ouro". O índice Ibovespa ignorou os juros de 15% e disparou quase 34% no ano, rompendo a inédita marca dos 161 mil pontos — o melhor desempenho desde 2016.

Esse movimento foi amplamente justificado pelo retorno massivo do investidor estrangeiro, que enxergou os ativos brasileiros como barganhas (muitos ainda descontados desde a pandemia) frente a uma rotação global de portfólios. Consequentemente, o forte fluxo de capital estrangeiro aliviou a pressão sobre o real. O dólar, que havia assustado o mercado ao romper a barreira dos R$ 6,00 no final de 2024, apresentou forte recuo e encerrou 2025 na casa dos R$ 5,50.

Apesar da euforia financeira e da força do emprego, o calcanhar de Aquiles da economia brasileira não foi solucionado: a deterioração das contas públicas. Com a Selic a 15%, o custo do carregamento da dívida pública explodiu, levando o déficit nominal a romper a barreira de R$ 1 trilhão. O mercado "perdoou" momentaneamente o risco fiscal em troca de ativos baratos, mas a insustentabilidade das contas continuou sendo a grande sombra do ano.

## 3 RENTABILIDADE ANUAL 2025

### 3.1 Estratégias adotadas no exercício

No primeiro semestre de 2025 a estratégia do IPMJP consistiu, majoritariamente, em incrementar sua posição em NTN-B com recursos advindos de contribuições previdenciárias e pagamento de cupons de outras NTN-B, haja vista a oportunidade atrativa sinalizada pelas taxas do Tesouro Nacional em decorrência dos fatores acima narrados.

No segundo semestre, a exemplo do que foi o primeiro, a estratégia do IPMJP permaneceu em incrementar sua posição em NTN-B com recursos advindos de contribuições previdenciárias e pagamento de cupons de outras NTN-B. Com o ambiente macroeconômico incerto e com oportunidades inéditas para aquisição de Títulos Públicos, não havia outra alternativa prudente se não permanecer com a aquisição dos referidos ativos.

Informamos que as atas detalhadas das reuniões do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do município de João Pessoa podem ser acessadas pelo link: https://www.ipmjp.pb.gov.br/site/governanca/comite_de_investimentos

### 3.2 Composição atual da carteira

Enquadramento dos investimentos em dezembro de 2024

| Enquadramento | Percentual | Valor | Limite Mínimo PI 2025 | Estratégia Alvo | Limite Máximo PI 2025 |
|---|---|---|---|---|---|
| Artigo 7º, Inciso I, alínea “a” | 53,09% | R$ 374.780.441,00 | 40% | 55% | 80% |
| Artigo 7º, Inciso I, alínea “b” | 18,71% | R$ 132.099.817,90 | 0,00% | 15% | 40% |
| Artigo 7º, | 5,63% | R$ 39.774.281,49 | 0,00% | 5% | 30% |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Inciso III, alínea “a” | | | | | |
| Artigo 7º, Inciso IV | 10,22% | R$ 72.172.234,53 | 0,00% | 10% | 20% |
| Artigo 7 , Inciso V, Alínea “b | 0,00% | R$ 0,00 | 0,00% | 1% | 5% |
| Artigo 8º, Inciso I | 10,79% | R$ 76.197.515,86 | 0,00% | 11,50% | 30% |
| Artigo 9º, Inciso II | 0,40% | R$ 2.841.968,45 | 0,00% | 0,50% | 10% |
| Artigo 9º, Inciso III | 0,11% | R$ 767.493,94 | 0,00% | 0,50% | 10% |
| Artigo 10º, Inciso I | 0,92% | R$ 6.460.421,67 | 0,00% | 1% | 10% |
| Artigo 10º, Inciso II | 0,12% | R$ 829.995,04 | 0,00% | 0,50% | 3% |
| **TOTAL** | **100%** | **R$ 705.924.169,88** | **0,00%** | **100%** | **0,00%** |

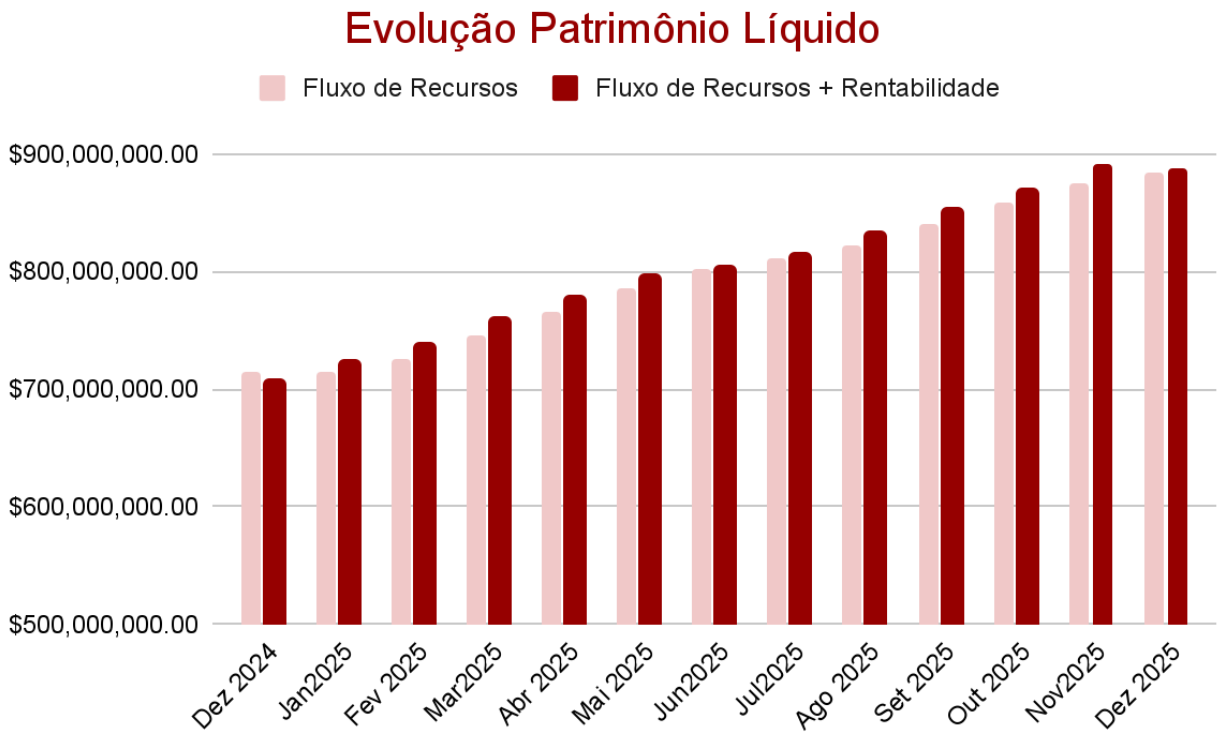
Enquadramento dos investimentos em dezembro de 2025

| Enquadramento | Percentual da Carteira | Valor | Limite Mínimo PI 2025 | Estratégia Alvo | Limite Máximo PI 2025 |
|---|---|---|---|---|---|
| Artigo 7º, Inciso I, alínea “a” | 58,12% | R$ 514.669.362,20 | 40% | 55% | 80% |
| Artigo 7º, Inciso I, alínea “b” | 7,08% | R$ 62.691.053,62 | 0,00% | 15% | 40% |
| Artigo 7º, Inciso III, alínea “a” | 14,94% | R$ 132.294.165,87 | 0,00% | 5% | 30% |
| Artigo 7º, Inciso IV | 7,42% | R$ 65.689.039,91 | 0,00% | 10% | 20% |
| Artigo 7 , Inciso V, Alínea “b | 0,00% | R$ 0,00 | 0,00% | 1% | 5% |
| Artigo 8º, Inciso I | 11,21% | R$ 99.287.788,16 | 0,00% | 11,50% | 30% |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Artigo 9º, Inciso II | 0,23% | R$ 2.011.464,64 | 0,00% | 0,50% | 10% |
| Artigo 9º, Inciso III | 0,12% | R$ 1.069.601,42 | 0,00% | 0,50% | 10% |
| Artigo 10º, Inciso I | 0,82% | R$ 7.250.029,02 | 0,00% | 1% | 10% |
| Artigo 10º, Inciso II | 0,07% | R$ 625.175,19 | 0,00% | 0,50% | 3% |
| **TOTAL** | **100%** | **R$ 885.587.680,03** | **0,00%** | **100%** | **0,00%** |

### 3.3 Fluxo de caixa dos investimentos e evolução do Patrimônio Líquido

No que versa o fluxo dos investimentos do primeiro semestre, considerando rentabilidade consolidada e os aportes mensais dos repasses previdenciários, pode-se observar no gráfico abaixo um crescimento de 25,59% da carteira correspondendo a um aumento de R$ 180.869.480,95 entre janeiro e dezembro.




### 3.5 Retorno de Meta e Atribuição de Resultado

Os resultados anuais de 2025 foram bons. A carteira do fundo previdenciário atingiu a meta atuarial estipulada para o exercício (IPCA+ 5,27), com superávit de 4,07% muito por conta dos fundos de renda variável domésticos, dessa forma, a rentabilidade ficou em 13,83%.

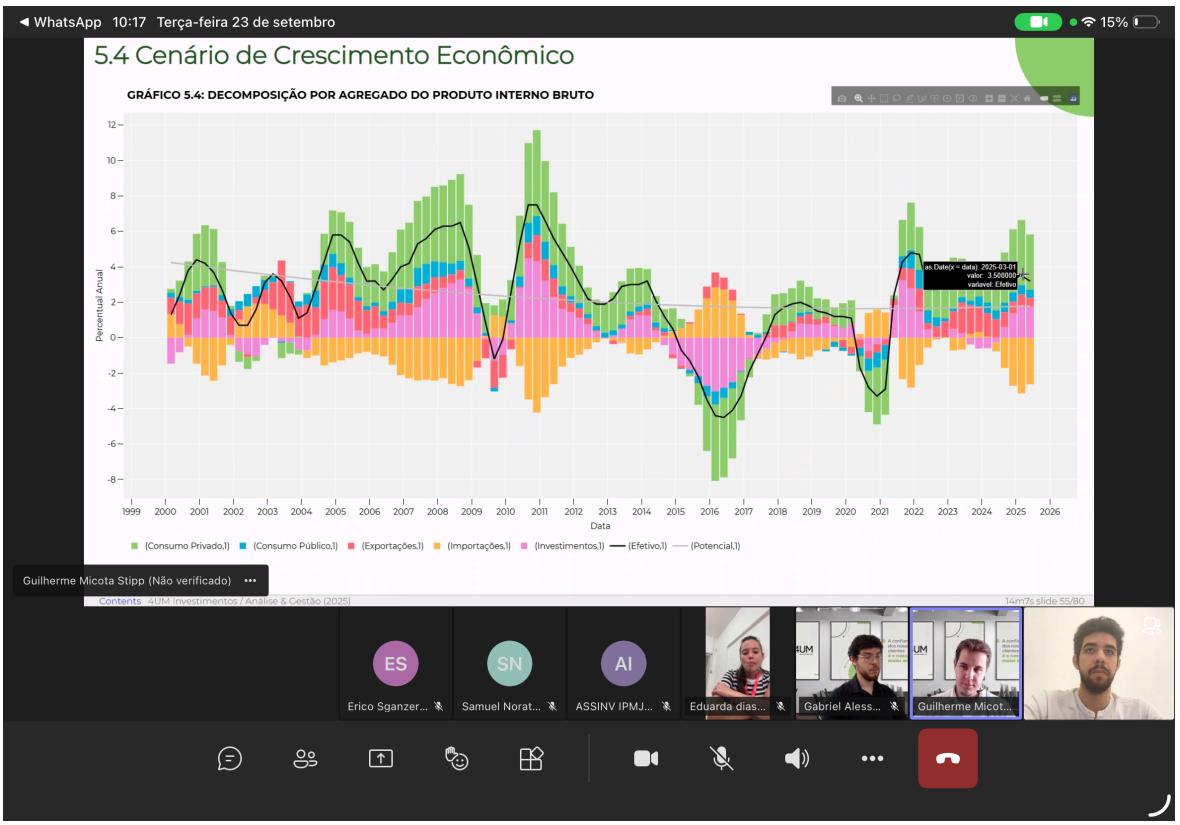
Quanto ao cenário da renda variável, diferentemente do observado no ano anterior, o mercado conseguiu um forte descolamento do ambiente fiscal interno, cujas incertezas e o adiamento de reformas estruturais continuaram promovendo incertezas. Neste exercício, ocorreu o oposto do ano anterior, o retorno expressivo do capital estrangeiro foi o principal fator da excelente performance da bolsa brasileira em 2025, impulsionando altas históricas no índice. Quanto ao cenário da renda fixa, a manutenção da taxa básica de juros em patamares elevados proporcionou uma ótima taxa para aplicações, colaborando de forma robusta com a carteira. Dentre os destaques positivos, vale mencionar a rentabilidade excepcional garantida pelos títulos públicos adquiridos durante o exercício, que travaram taxas reais historicamente altas. Este comportamento corrobora, portanto, com a tese de distribuição por segmentos e diversificação, não apenas para minimizar riscos perante as oscilações cambiais, mas também para

promover um crescimento patrimonial mais consistente, sempre em consonância com a política de investimentos e o estudo ALM em exercício.

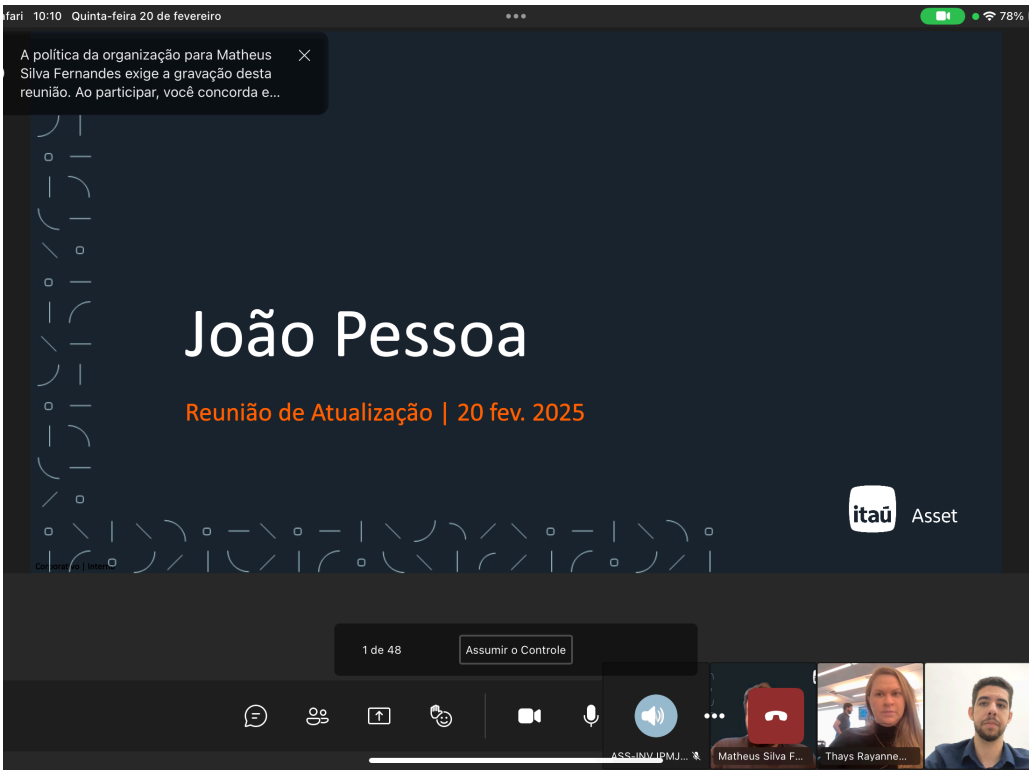
## 4 ACOMPANHAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

No que se refere ao acompanhamento, cumpre informar que a Assessoria de Investimentos realiza periodicamente reuniões com as instituições financeiras, no sentido de analisar relatórios analíticos de rentabilidade, análise de novos produtos ofertados bem como estudo de carteira e estratégias para alocação dos recursos.

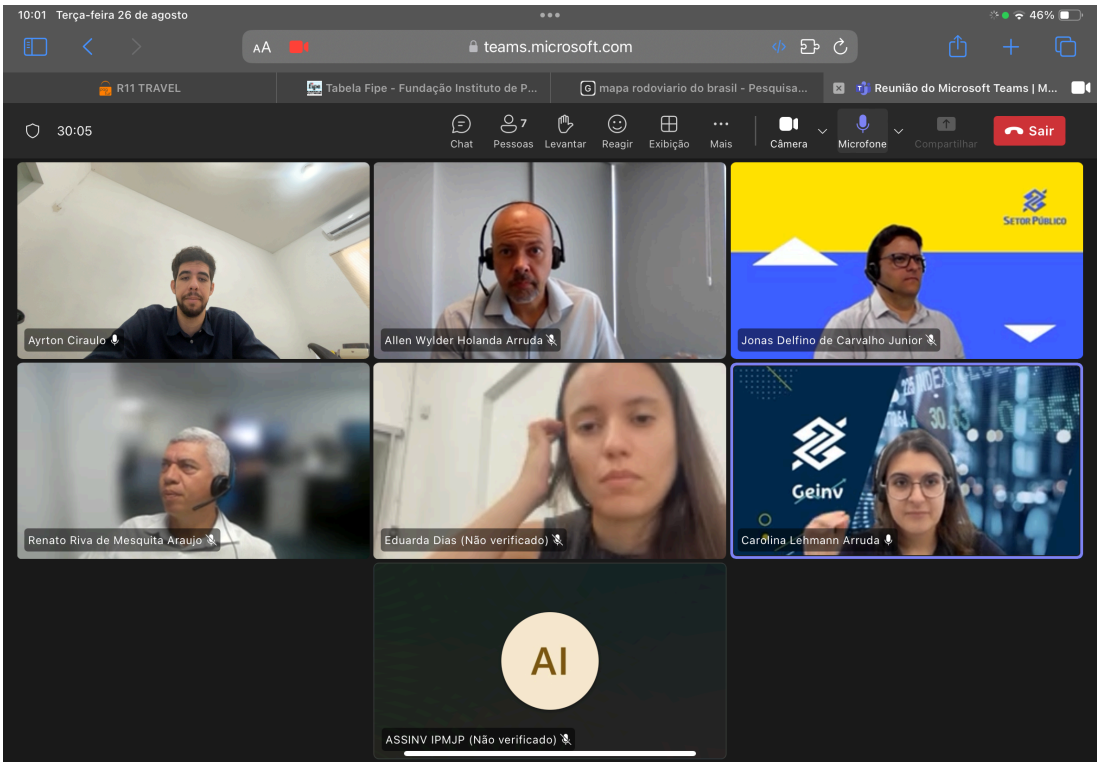
(Imagem 1 - 4UM Investimentos)




(Imagem 2 - Itaú Asset)




(Imagem 3 - Banco do Brasil)




(Imagem 4 - Caixa Econômica Federal)

## 5 PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO 2026

Para o ano de 2026, as perspectivas são de consolidação dos fortes ganhos obtidos no mercado financeiro em 2025. Com os ativos menos descontados e a taxa básica de juros em patamar restritivo, a projeção de flexibilização monetária ao longo do ano dependerá estritamente de avanços na pauta fiscal do governo, o que seguirá potencializando a rentabilidade dos ativos que compõem a carteira do instituto. Para o cenário internacional, fica a expectativa de um crescimento moderado. Observa-se uma contínua divergência entre as principais economias, com EUA, Europa e China ajustando-se a novas dinâmicas tarifárias. A inflação global deve manter trajetória de acomodação, influenciando as políticas monetárias dos bancos centrais. Países em desenvolvimento, embora impulsionem parte do avanço global, enfrentam o desafio contínuo de atrair capital. Espera-se um crescimento interno sustentado principalmente

pelo setor de serviços e consumo privado. Fatores de risco devem ser considerados, como tensões e conflitos geopolíticos, volatilidade atrelada à dívida pública doméstica e eventuais choques cambiais. A política monetária global deve se tornar gradualmente acomodativa, abrindo espaço para cortes de juros.